

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS-CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
DISCIPLINA: TCC II**

**DOCÊNCIA: AVANÇO NO CAMPO NORMATIVO E DESCASO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (1996-2009)**

**PICOS
2016**

ELIZÂNGELA RIBEIRO ALVES

**DOCÊNCIA: AVANÇO NO CAMPO NORMATIVO E DESCASO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (1996-2009)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros-CSHNB de Picos como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^aAna Paula Cantelli

**PICOS
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

A474d Alves, Elizângela Ribeiro.

Docência: avanço no campo normativo e descaso das políticas públicas (1996-2009) / Elizângela Ribeiro Alves.– 2016.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (43 f.)

Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador(A): Prof.^a Ana Paula Cantelli.

1. Docente-Valorização-Brasil. 2.FUNDEF.
3.FUNDEB. I. Título.

CDD 370.141 4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cicero Duarte Nº 905, Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e três (23) dias do mês de janeiro de 2017, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Elizangêla Ribeiro Alves** sob o título: **Docência: avanço no campo normativo e descaso das políticas públicas (1996-2009)**

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Profª. Ms. Ana Paula Cantelli Castro,;
Examinador 1: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador 2: Prof. Dr. José Petrucio Farias Júnior

Deliberou pela Aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 8,5.

Picos (PI), 23 de fevereiro de 2017

Orientador (a):

Examinador (a) 1:

Examinador (a) 2:

Paula
Francisco Gleison da Costa Monteiro
José Petrucio Farias Jr.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar pela força nos momentos difíceis e pelas bênçãos que me foram dadas. Agradeço também a minha família que me criou e me ensinou valores e princípios, como honestidade e caráter. Agradeço a todos os meus amigos que puderam estar do meu lado tanto nos momentos de alegria quanto nos momentos difíceis. E por fim, mas não menos importante, agradeço a minha orientadora que me norteou, teve paciência e me ajudou na conclusão deste trabalho.

RESUMO

Não existe missão maior e mais nobre que a de professor, pois ele inspira, se dedica e ajuda na construção de nosso conhecimento. Entretanto, este profissional da educação sofre com a desvalorização e a precariedade de recursos para exercer sua função. Por este motivo, o presente trabalho objetivou apresentar discussões acerca da evolução no campo normativo relacionado à docência, isto é, a criação do Piso Salarial dos professores, o FUNDEF/FUNDEB e a valorização docente. Através da pesquisa realizada no presente trabalho pode-se concluir que além de se sentirem desvalorizados os professores que participaram da pesquisa tinham pouco conhecimento sobre alguns dispositivos legais que foram criados com objetivo de valorizar o magistério, resultado este que já era esperado, devido a inúmeras literaturas que apresentam resultados semelhantes.

Palavras chave: FUNDEF/FUNDEB; Valorização docente; Piso salarial

ABSTRACT

There is no greater and nobler mission than that of teacher, for he inspires, dedicates himself, and helps us to build our knowledge. However, this professional of education suffers from the devaluation and the precariousness of resources to perform their function for this reason, the present work aimed to present discussions about the evolution in the normative field related to teaching, that is, the creation of the teachers' salary floor; The FUNDEF / FUNDEB and the teacher appreciation. Through the research carried out in the current study it can be concluded that in addition to feeling devalued, teachers interviewed had little knowledge about some legal devices that were created with the purpose of valuing the teaching profession, a result that was already expected, due to numerous literatures that present Results.

Keywords: FUNDEF / FUNDEB; Teaching valorization; Minimum wage

LISTA DE SIGLAS

CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
FNDEP	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fundamental e de Valorização do Magistério
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
STF	Supremo Tribunal Federal

LISTA DE FIGURAS

	Pg.
Figura 1 – Unidade territorial do estudo Picos-PI.....	22
Figura 2– Sexo.....	25
Figura 3 –Sentimento de valorização do professor no exercício de seu trabalho	26
Figura 4 – Principais dificuldades enfrentadas pelos professores.....	27
Figura 5 – Conhecimento sobre o FUNDEF e o FUNDEB	28
Figura 6 – Avaliação do interesse governamental na melhoria da educação.....	29
Figura 7 – Avaliação da educação pública de Picos-PI.....	30
Figura 8 – Nível de satisfação dos professores com seus Planos de cargos, carreira e salário.....	31
Figura 9 – Principais incentivos do governo para educação.....	32
Figura 10 – Contribuição do Projeto Político Pedagógico (PPP) para a qualidade da educação na escola.....	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REVISÃO DE LITERATURA	144
	2.1 Piso salarial nacional no plano de carreira do magistério público.....	144
	2.2 Do FUNDEF ao FUNDEB	166
	2.3 A valorização docente no Brasil.....	199
3	MATERIAL E MÉTODOS	222
	3.1 Área de estudo.....	222
	3.2 Coleta de dados.....	233
	3.3 Tratamento de dados.....	244
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	255
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	355
6	REFERÊNCIAS	366
	APÊNDICE	40
	APÊNDICE A – Questionário	41
	APÊNDICE B– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	43

1 INTRODUÇÃO

A luta por salários dignos e melhorias na qualidade da formação de professores vem sendo alvo de debates no meio acadêmico, podemos destacar por exemplo o processo engendrado na luta dos professores pela implantação de um salário básico que só veio a custo de sacrifícios e embates através da história. De acordo com Akkari e Silva (2009), existem três esferas essenciais nesse debate: 1- as legislativas; 2- as financeiras e 3- as de políticas públicas. Tendo isto em vista, o presente trabalho tem por objetivo apresentar discussões acerca da evolução no campo normativo relacionado à docência, isto é, a criação do piso salarial dos professores; o FUNDEF/FUNDEB e a valorização docente.

A priori vamos entender a diferença entre salário, vencimento e remuneração: O “salário” é uma retribuição paga pelo patrão ao empregado juridicamente definida por seu tempo de serviço, já “vencimento” é uma retribuição pecuniária com valor fixado em lei pelo exercício de cargo público e “remuneração” é a quantia de dinheiro e/ou bens pagos por serviço prestado. Em relação aos professores no exercício do seu magistério, sua remuneração é composta pelos vencimentos e vantagens estabelecidas em lei, isto é, o salário (CAMARGO *et al.* 2009).

Segundo Castro (2010) quanto menor o salário do empregado maior é o lucro do empregador e por este motivo, a luta do trabalhador por um salário justo é um dos maiores desafios encontrados pela classe trabalhadora, então para amenizar conflitos são criadas normas que regulamentam essas relações entre patrão e empregado. Segundo Vieira (2015), no âmbito educacional, a primeira lei a regulamentar esta relação no Brasil foi elaborada pelo imperador D. Pedro I, que visava uma estrutura educacional no Brasil, a lei do dia 15 de outubro de 1827 além de servir como referência para o dia do professor também é um marco histórico pois determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos fossem criadas escolas, porém encontrou dificuldades técnicas, econômicas e políticas para ser implantada e não vingou.

A partir disto o Brasil passou por diversos momentos até a implantação da Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sancionada 20 de dezembro de 1996. Em 1932, intelectuais da época preocupados na elaboração de uma política educacional lançaram um projeto pioneiro pela educação redigido por Fernando de

Azevedo; no ano de 1934, uma nova constituição foi criada e nesta a educação passa a ser vista como um direito de todos; em 1953, foi criado o MEC (Ministério da Educação e Saúde) e em 1961, houve a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); em 1971 a LDB é reformulada e em 1996 temos uma nova reforma educacional, isto é, a versão mais recente da LDB (VIEIRA, 2015).

Fernandes (2012), afirma que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 a educação brasileira passou a se reorganizar de forma que houvesse a necessidade de se implantar uma reforma fiscal e financeira que dessem aos municípios e estados autonomia. Para isto o governo federal aprovou a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, instituindo um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que trouxe como proposta a mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País. No entanto, devido a necessidade de uma reforma mais ampla o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) que foi aprovado a partir da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e teve sua regulamentação pela Lei nº 11.494, de 2007.

Estes projetos foram desenvolvidos com o intuito de melhorar as condições de trabalho dos professores, entretanto, segundo Carvalho (2012) apesar do FUNDEF/FUNDEB trazerem alguns avanços legais e amenizarem a desvalorização docente no Brasil, ainda estão longe de proporcionar garantias de direitos que valorizem a classe dos professores de acordo com seu real valor. Segundo Akkari e Silva (2010), no Brasil há uma necessidade de debatermos sobre a importância da melhoria da educação básica. Segundo o autor, para que se entenda como melhorar a educação, é preciso debater sobre os três pilares da educação sendo estes as partes legislativas, financeiras e de políticas públicas. Abreu (2014), afirma que o descaso com o docente é um dos principais obstáculos a serem transpassados na nossa contemporaneidade.

Entretanto Carvalho (2012), afirma que o Brasil não demonstra interesse ou compromisso tanto com a educação como com a classe trabalhadora, pois em um país aonde predomina a prioridade em disputas de interesses das classes dominantes e não nas demandas das classes populares, acaba criando paradoxos

onde são feitos discursos para o bem estar da população, quando na realidade o que acontece é o oposto.

Gurgel (2012) afirma que, a precarização da atividade docente é constante e o reflexo disto é o desrespeito ao professor com: não cumprimento da lei do piso salarial que ocorre em muitos municípios; o crescente número de contratos temporários ao invés de efetivos e etc., o que desmotiva o profissional docente de tal forma que faz com que este muitas vezes se sinta inferior no exercício de sua profissão, fato esse que é ressaltado por Viana (1997) citado por Fontineles (2004), quando o autor diz que “a autoridade docente é posta em dúvida quando eles mesmos fazem comparações entre os seus salários e os de seus alunos”.

Assim, o presente estudo ao discutir sobre questões como salários, planos de carreira e direitos do professor, busca notoriamente servir como veículo de informação acerca de como anda o campo normativo, as políticas públicas e a posição dos professores de Picos-PI sobre as condições de trabalho que lhes são dadas e se estão se sentindo valorizados. Para isso foi realizada uma pesquisa com professores nas escolas da cidade de Picos-PI de forma aleatória com professores da educação básica (ensino fundamental e médio) abordando questões relativas ao seu trabalho docente e sobre as políticas públicas empregadas pelo governo para a melhoria da sua profissão, este trabalho teve uma abordagem quali-quantitativa e os dados coletados foram representados através da estatística descritiva simples, utilizando porcentagem por frequência de resposta.

Os principais objetivos deste trabalho foram ressaltar a importância da docência, os avanços no campo normativo e o descaso das políticas públicas nas escolas de Picos-PI (1996-2009), apresentar discussões acerca das contribuições da evolução no campo normativo relacionado à docência e refletir sobre a questão salarial dos professores e outras extensões acerca da valorização do magistério nas escolas de Picos-PI.

Uma das maiores dificuldades para a realização deste projeto foi encontrar material historiográfico, pois as literaturas que discutem sobre a educação, condições salariais e outras extensões acerca da valorização do magistério nas escolas do Piauí ainda são exíguas. Outra dificuldade encontrada diz respeito ao levantamento do número de professores habilitados na cidade e zona rural de Picos no período analisado pela pesquisa, ou seja, entre 1996 a 2009, bem como informações sobre quadros de reajustes salariais concedidos aos docentes e

quadros de formações de professores da região citada. Acreditamos que essas dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento da pesquisa nos impediu de aprofundarmos nossas questões.

Mas, de acordo com o conteúdo disponível e utilizado para a composição do tema proposto, dividimos o presente trabalho, após a Introdução, da seguinte forma: No segundo capítulo apresentamos a revisão bibliográfica. Aqui procuramos enfatizar o Piso Salarial Nacional no Plano de Carreira do magistério público, o Fundef e o Fundeb e a Valorização docente no Brasil.

No terceiro capítulo apresentamos a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, bem como a área de estudo, a coleta e o tratamento de dados. No quarto capítulo apontamos os resultados obtidos através da aplicação de questionário direcionado aos professores da Educação Básica de Picos e as suas discussões. Em seguida apresentamos as considerações finais e no sétimo capítulo, as referências.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Piso salarial nacional no plano de carreira do magistério público

De acordo com Castro (2010), a luta do trabalhador por um salário justo é um dos maiores desafios encontrados pela classe trabalhadora, no entanto, quanto menor o salário do empregado maior é o lucro do empregador; devido a isso houve diversos conflitos ao longo da história entre os interesses dos empregados e dos empregadores, por este motivo, houve a necessidade de se redigir um documento que servisse para regulamentar essas relações, isto é, o plano de cargos e salários, que deixa claro para o trabalhador um conjunto de regras e normas que estabelecem os mecanismos de gestão de pessoal das empresas, ainda segundo o autor citado anteriormente, somente o salário de forma isolada não é um fator determinante para motivar seus empregados, o autor afirma que as empresas que aderem, além de um bom salário a um plano de carreira como forma de motivar seus trabalhadores, tornam-se mais produtivas devido ao interesse do trabalhador por um cargo melhor com melhores salários e condições de trabalho.

O plano de cargos e salários é um importante aliado no que diz respeito a melhor produtividade do empregado em seu trabalho, pois este traz consigo a responsabilidade de organizar os salários dos trabalhadores de acordo com o mercado, utilizando-se de estímulos salariais para maximizar a eficiência do trabalhador. De acordo com Salis (2012) em seu trabalho “Piso salarial nacional no plano de carreira do magistério público do município de Teresina” o plano de cargos e salários trouxe aos professores esperança de melhores condições de trabalho, no entanto, apesar das expectativas o professor ainda sofre com a desvalorização. Esse resultado é encontrado em diversas literaturas de autores renomados, como por exemplo: Carvalho (2012); Costa (2005); Silva (2012); Silva *et al.* (2015) dentre outros, o que demonstra que os professores não estão satisfeitos com seus planos de cargos e salários.

Mas apesar da insatisfação e da necessidade de melhorias no plano de cargos, carreiras e salários dos professores, este documento ainda é um importante instrumento para o gerenciamento das questões relativas à remuneração e carreira do professor pois é através desde que é estabelecida uma forma de evolução funcional nos cargos e salários dos servidores de provimento efetivo (SALIS, 2012).

A primeira lei geral da educação no Brasil foi elaborada pelo imperador D. Pedro I, porém não vingou, demonstrando assim a dificuldade da implantação desta lei... entre a primeira e a segunda república houve vários manifestos, entretanto, o dispositivo legal que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a descentralização da educação só vieram em 1961 (apesar de serem mencionadas na Constituição de 1934), dez anos após sua tramitação o país foi vítima de um golpe de estado que vigorou até o ano de 1985. Em 1971 a LDB estimulou a criação de carreiras e atrelou-as à capacitação de professores e especialistas. Neste período, surgiram as licenciaturas rápidas que antecipavam a formação de professores para acompanhar o crescimento das demandas. Embora esses métodos de formação dos profissionais da educação tenham sofrido várias críticas, trouxe um avanço nas carreiras, isto é, representou um ganho salarial em relação à formação de nível médio, logo após, pela metade dos anos de 1980 houve a chamada reforma do ensino que trouxe esperança de melhoria na qualidade do ensino com novos projetos para uma nova Constituição (VIEIRA, 2015)

Em 1990, houve a proposta de uma nova LDB, debatida nacionalmente em prol da educação pública. Estas propostas foram discutidas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) juntamente com entidades sindicais, científicas e estudantis que trataram sobre o básico das condições de trabalho docente, no entanto, a nova LDB foi aprovada e promulgada somente em dezembro de 1996. A Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996 e tem como objetivo regularizar a organização da educação do Brasil com base em princípios presentes na Constituição (OLIVEIRA e ADRIÃO, 2001).

Segundo Silva (2015), o enfoque na valorização dos profissionais da educação brasileira na Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 é mais abreviada do que em sua formulação original, o texto retroage em vários aspectos importantes então em 2002, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva houve algumas modificações significativas na Lei nº 9.394, de 1996, sendo estas a extensão dos benefícios da aposentadoria especial para os especialistas em educação, a especificação no artigo 61 de quem são os profissionais da educação..., dentre outras modificações, mas o grande destaque do governo Lula foi a lei nº 11.738, de 2008.

A Lei nº 11.738 foi sancionada após um ano de discussão na Câmara e no Senado em 16 de julho de 2008, este dispositivo legal vinculou piso, carreira e jornada de trabalho para os profissionais do magistério da educação básica. Em seu artigo 2º O piso salarial para os profissionais do magistério na educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais em nível médio e na modalidade Normal (BRASIL, 2008), mas apesar desta lei ter sido sancionada em 2008, passou a ser realmente aplicada somente a partir do dia 27 de abril de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu sua constitucionalidade obrigando todos os entes federativos a cumprirem a Lei. Apesar desse dispositivo não contemplar os funcionários da educação nem os professores atuantes nas escolas privadas a instituição do piso salarial profissional nacional (PSPN) representou uma das maiores conquistas em termos de valorização para os profissionais do magistério da educação básica brasileira (CARVALHO, 2012).

No entanto, o fato do PSPN ter demorado tanto para sua aprovação mostra um descaso muito grande do poder público para com o magistério brasileiro. De acordo com Silva (2015) o PSPN passou por vários enalços desde o governo de D. Pedro I, que sugeriu uma base salarial para todos os professores, e um dos principais protagonistas desta conquista foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) na luta pela aprovação da Lei nº 11.494/07 (FUNDEB) que possibilitou a conquista do PSPN.

2.2 Do FUNDEF ao FUNDEB

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 a educação brasileira passou a se reorganizar de forma que os municípios expressassem novas determinações legais para este setor. Neste modelo federativo, os municípios e estados teriam autonomia política e fiscal acentuando assim um processo de descentralização das políticas sociais, no entanto, este cenário se mostrou bem problemático devido ao desvio de verbas da educação para outros fins, obrigando assim o governo federal a intervir na política educacional nacional (FERNANDES, 2012).

Segundo Arretche (2004), após a promulgação da Constituição Federal de 1988 a educação brasileira ganhou uma nova nomenclatura, onde estados e municípios ganharam autonomia política e fiscal o que, de acordo com Abrucio

(2010) é o centro elementar de uma federação, isto é, há criação de dois diferentes níveis de governo onde há uma necessidade pela compatibilização intergovernamental. Mas para que isso ocorresse foi necessária a criação de uma reforma fiscal e financeira, que devido a questões organizacionais não deu certo por muito tempo. Por sua vez, para solucionar este impasse, o governo federal teve que intervir aprovando a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996 (BRASIL, 1996), que instituía um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), regulamentado pela Lei nº 9.424, de 1996 (BRASIL, 1996), que deu origem a um valor mínimo anual de custo para cada aluno melhorando assim o gerenciamento dos gastos públicos.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional, com o intuito de melhorar a qualidade da educação, este documento é regulamentado pela Lei n.º 9.424/96, e pelo Decreto nº 2.264/97. Carvalho (2012) cita em seu trabalho que: “segundo os idealizadores do Fundo, a sua criação poderia contribuir para solucionar um dos problemas graves desse nível de ensino: os baixos salários dos professores, na medida em que garantia a alocação de recursos para tal fim.” No entanto, o autor destaca que pelo fato da Lei n. 9.424/96 não delimitar um tempo determinado para a aprovação dos planos de carreira faz com que estados e municípios se sintam desobrigados a obedecerem este dispositivo legal.

O principal objetivo do FUNDEF é mudar a estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País, dando aos profissionais deste nível de ensino recursos para a melhoria nas condições de serviço; este fundo de natureza contábil foi criado para assegurar uma melhor distribuição dos recursos, definindo um valor mínimo por aluno/ano, assim, cada estado e município recebem um valor “x” equivalente ao número de alunos matriculados no fundamental. Entretanto os gestores públicos descumpriram descaradamente este dispositivo legal que é a Lei n.º 9.424/96 criando um paradoxo onde se aumenta as matriculas e se diminui a educação (FONTINELES, 2012).

Segundo Davies (1999) citado por Fontineles (2004) no primeiro ano de FUNDEF o MEC apresentou uma pesquisa alegando melhorias na remuneração do magistério, no entanto devido as fontes dessa pesquisa terem sido as Secretarias de Educação o autor afirma que não houve veracidade no que foi exposto e que, se

caso fosse feita uma pesquisa com profissionais do magistério, o resultado seria totalmente diferente.

Após dez anos de vigência e nove de implantação o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que entrou em vigor em janeiro de 2007 e deve se estender até 2020. O FUNDEF serviu como uma experiência e a partir do aprendizado que este possibilitou houve uma reflexão sobre quais elementos deste mecanismo deveriam ser conservados ou evitados no novo fundo. Em relação ao novo fundo um dos principais avanços é a abrangência da educação básica, aonde todas as etapas da educação básica podem contar com um mecanismo de financiamento e uma participação mais satisfatória do ponto de vista financeiro e da contribuição da União (SENA, 2008).

Segundo Carvalho (2012), a partir dos esforços de grande número de pesquisadores do FUNDEF foi possível entender seu funcionamento, isto é, seus pontos positivos e negativos, o que contribuiu indiscutivelmente para o seu aperfeiçoamento em um fundo de maior proporção – o FUNDEB. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação prometeu contribuir para uma educação de melhor qualidade e com uma maior valorização do profissional na educação básica.

O FUNDEB provê recursos para todas as etapas da Educação Básica, desde creches, pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos utilizando o número total de matrículas de alunos para definir quanto cada município ou estado vai receber. Muitas das fragilidades do FUNDEF foram aperfeiçoadas, isto é, sua composição, a autonomia dos entes federativos, a democracia e seus instrumentos. O que possibilitou uma abordagem mais efetiva, entre os interesses estaduais e o federal num mesmo processo, tornando assim mais eficaz a fiscalização dos fundos que receberem complementação da União (SENA, 2008).

Segundo Sena (2008), o FUNDEB foi aperfeiçoado em relação ao FUNDEF no controle exercido pelo Ministério Público na fiscalização dos fundos recebidos pelos entes federativos como complemento da União; no aspecto do controle social, no fato de abarcar todas as etapas da educação básica; na vedação do uso da fonte

do salário-educação para a complementação da União; previsão da fixação em lei do PSPN dentre outras melhorias.

Segundo uma pesquisa realizada por Carvalho em seu trabalho “Financiamento da educação: do FUNDEF ao FUNDEB - repercussões da política de fundos na valorização docente da rede estadual de ensino do Pará-1996 a 2009” ficou claro que as implantações do FUNDEF/FUNDEB estimularam alguns avanços legais na garantia de direitos importantes para os professores, no entanto, apesar dessas medidas amenizarem a desvalorização docente no Brasil, ainda estão longe de proporcionar garantias de direitos que valorize a classe dos professores de acordo com seu real valor (CARVALHO, 2012).

Estes resultados também se assemelham ao de várias literaturas como, por exemplo: Fontineles (2012); Fontineles (2004); Oliveira (2001), Abreu (2014); Andrade (2016) e etc. A partir disso podemos presumir que apesar do FUNDEF/FUNDEB serem importantes dispositivos legais, que tem enfoque na valorização docente, estes ainda deixam muito a desejar no que diz respeito a fazer com que os professores tenham garantias de direitos que façam com que a classe docente se sinta verdadeiramente valorizada.

2.3 A valorização docente no Brasil

Não existe incumbência mais grandiosa e nobre que a de professor, pois ele inspira, se dedica e ajuda na construção de nosso conhecimento. Segundo Akkari e Silva (2010), nos últimos anos surgiu no Brasil a necessidade de debates públicos sobre a importância de melhorarmos da educação básica. Segundo o autor esse debate gira em torno de três esferas sendo estas as legislativas, financeiras e de políticas públicas.

No entanto, estes debates não acontecem de forma efetiva e o profissional sofre com a desvalorização, fato este que já vem sendo discutido em várias literaturas. Como exemplos podemos citar Guimarães (2001), Carvalho (2012), Fontineles (2012) e etc. Segundo esses autores os professores são pessoas que trabalham por amor, pois se sujeitam aos baixos salários, ensinam em salas superlotadas, muitas vezes até trabalham em condições precárias, o que dificulta seu trabalho.

A Lei 10.172, de janeiro de 2001 do Plano Nacional da Educação prevê a valorização dos profissionais da educação e um dos seus objetivos é destacar a importância da participação desses profissionais na elaboração do Projeto Pedagógico da escola. Esse plano dá ênfase à formação inicial e continuada, a valorização e a garantia das condições adequadas de trabalho (BRASIL, 2001). No artigo 9º da LDB conta que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terão que dispor de Planos de Carreira e Salários, que assegurem uma remuneração digna e estímulos ao trabalho em sala de aula que propiciem melhorias aos professores do ensino fundamental público (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996 e tem como objetivo regularizar a organização da educação do Brasil com base em princípios presentes na Constituição. Mas apesar deste documento ter sido citado pela primeira vez em 1934, devido a questões políticas, problemas financeiros e administrações ruins esse só foi sancionado 66 anos depois, o que já mostra um grande descaso do poder público com a educação. Outro fator relevante nesta discussão é o salário mínimo, que apesar de ser instituído no Brasil desde a década de 1930, através da Lei nº 185/36 e do Decreto-Lei 399/38, foi efetivado apenas com a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, no seu artigo 7º, inciso IV, dando a garantia, aos trabalhadores urbanos e rurais, ao direito de um salário mínimo, fixado em lei, que lhes garantissem o mínimo de dignidade (OLIVEIRA e ADRIÃO, 2001).

Instruções relacionadas às políticas de valorização dos professores também estão inscritas na Resolução CEB/CNE, n. 3, de 08 de outubro de 1997, que faz menção aos Planos de Carreira e de Remuneração para o magistério dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Este documento é responsável por medidas como obrigatoriedade do concurso público para o ingresso na carreira, fixação de diretrizes para planos de carreira e de remuneração, obrigatoriedade dos sistemas em promover concursos quando comprovada a existência de vagas dentre outras determinações dispostas ao longo de seus artigos (BRASIL/MEC/CNE, 1997).

No entanto como cita Abreu (2014), apesar das medidas adotadas pela valorização do professor, a luta contra o descaso diante das políticas educacionais vigentes é uma constante na vida do professor..., com a realização de greves, contestações salariais e da política educacional. Os professores conseguiram fazer

com que muitos dos seus apelos fossem ouvidos no debate da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e do PNE (Plano Nacional da Educação), no entanto, ainda há muitos obstáculos a serem transpassados.

De acordo com Gurgel (2012), o crescente número de contratos temporários quando comparado ao número de efetivos traz um reflexo da precarização da atividade docente, sem falar que muitos municípios não cumprem nem com a lei do piso salarial... segundo o autor a falta de uma política que determine a cada esfera pública uma participação proativa de acordo com seu potencial financeiro faz com que a classe dos professores fique cada vez mais desmotivada com o descaso. Viana (1997) citado por Fontineles (2004) afirma que:

O salário é um ponto muito importante para os entrevistados, pois condiciona não só a visão de uma docência decadente, mas suas próprias alternativas para esta ação. A autoridade docente é posta em dúvida quando eles mesmos fazem comparações entre os seus salários e os de seus alunos, destacando a sensação de que seu conhecimento e trabalho não têm utilidade de proporcionar uma remuneração digna. Sem ganhar o suficiente, enxergam suas possibilidades de maneira muito finita, o que contribui para o tom pessimista de todo o discurso

Segundo Marques e Pereira (2002), o desestímulo à profissão docente no Brasil já começa desde a formação acadêmica o que traz graves consequências na qualidade da profissão futura. Segundo os autores tanto a desmotivação dos acadêmicos da área docente como os professores em exercício para procurar aperfeiçoamento profissional é resultado, sobretudo, das más condições de trabalho, dos salários baixos, da jornada de trabalho excessiva e da diversidade de problemas que o professor enfrenta em seu cotidiano.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Área de estudo

O presente estudo foi desenvolvido na cidade de Picos-PI (figura 01) terceira maior cidade do Estado do Piauí. Segundo dados do IBGE (2016) Picos conta atualmente com uma população de 76.749 habitantes e uma área de 577,304 km², Picos tem uma vegetação típica das regiões da caatinga (Caatinga arbórea e arbustiva) e está a uma distância de 315 km da capital Teresina (PI).

Figura 01 –Unidade territorial do estudo Picos-PI



3.2 Coleta de dados

Este trabalho teve uma abordagem quali-quantitativa. Segundo Silva & Menezes (2000), nesse tipo de abordagem considera-se que ocorre uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, forma-se um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Participaram do estudo professores que atuam nas escolas públicas da cidade de Picos – PI, totalizando trinta (30) professores da educação básica. A definição da amostra foi escolhida aleatoriamente a partir da quantidade de professores que atuam nas escolas públicas da cidade, dentre os escolhidos estavam professores do ensino fundamental e ensino médio.

Considerando a disponibilidade dos sujeitos que participaram do estudo, foi solicitado que, após aceitação verbal, os mesmos assinassem o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), em duas vias onde, uma ficou com o pesquisador e a outra com o participante, no qual constavam as informações detalhadas sobre o estudo, a liberdade para desistir do mesmo a qualquer momento, a garantia do anonimato e, ainda, que o estudo não trará nenhum prejuízo ou complicações para os participantes, seguindo as normas da resolução 466/12 (BRASIL, 2012).

Em seguida os professores escolhidos foram contatados e após a aceitação dos mesmos foi marcado dia e horário para a aplicação do questionário (APÊNDICE A) realizado de forma individual e que envolveu os pontos a serem analisados na pesquisa.

O estudo poderá trazer mudanças, mesmo que não sejam imediatas. O conhecimento repassado será uma ferramenta muito importante para futuros ajustes no panorama da educação dos dias atuais, além disso, o resultado da pesquisa poderá ser utilizado com base para elaboração de projetos e pesquisas.

3.3 Tratamento de dados

Os dados coletados foram representados através da estatística descritiva simples, utilizando porcentagem por frequência de resposta. Estes foram organizados em planilhas do Excel com a confecção de gráficos. Para todas as análises foi utilizado o programa Microsoft Excel 2010 do Windows.

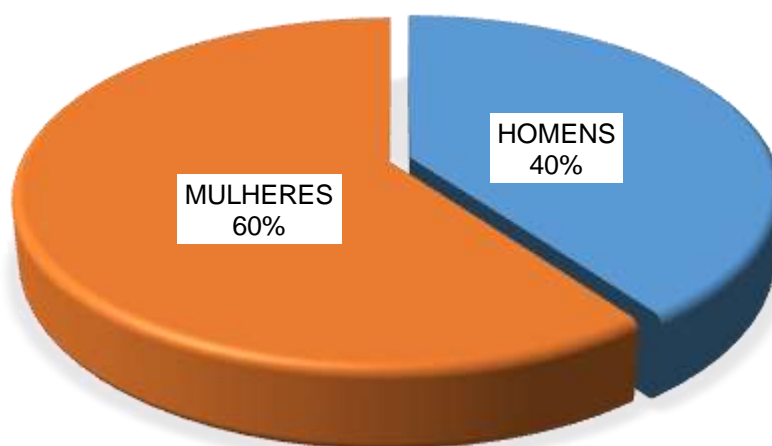
Os questionários foram explorados através da análise de conteúdo. De acordo com Gil (2002) as análises estatísticas são uma fonte que contribuem no desenvolvimento das pesquisas sociais atualmente. Estas técnicas trazem uma importante contribuição tanto para a caracterização e resumo dos dados, como para o estudo das analogias existentes entre as variáveis. Após o tratamento dos dados, os resultados foram discutidos sobre a literatura pertinente ao tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ser professor hoje em dia é uma tarefa árdua, devido a sua desvalorização o docente sofre com o descaso do poder público. Segundo Gurgel (2012) a atividade docente está cada vez mais precária, o que por sua vez faz com que estes profissionais fiquem cada vez mais desestimulados. A partir desta premissa foi realizada uma pesquisa com professores escolhidos aleatoriamente a partir da quantidade de professores que atuam nas escolas públicas da educação básica da cidade de Picos-PI.

Dentre os indivíduos que responderam ao questionário, 60% eram do sexo feminino e 40% do sexo masculino (Figura 02), esta pesquisa teve como objetivo ressaltar a importância da docência e conhecer a realidade dos professores de Picos-PI, isto é, as condições de trabalho, principais dificuldades, incentivos governamentais, conhecimento sobre programas como FUNDEF e FUNDEB dentre outras considerações importantes, tendo em vista a importância das condições de trabalho do professor para a melhoria da educação.

Figura 02: Sexo

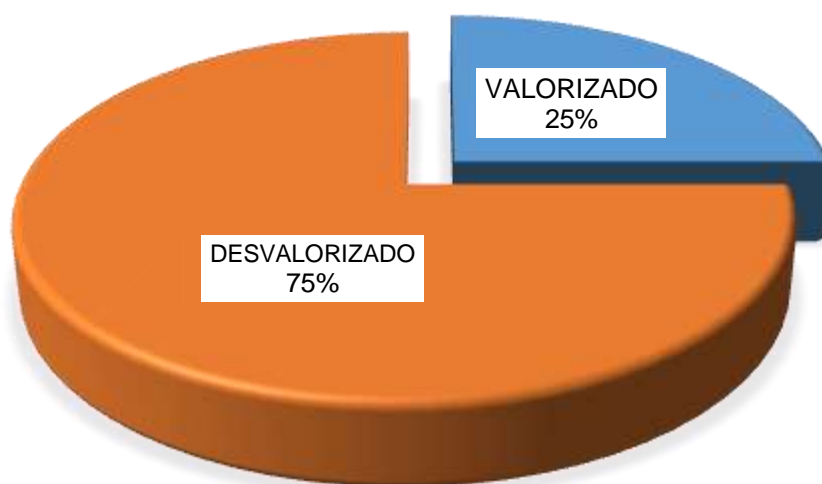


(Fonte: próprio autor, 2016)

De acordo com os dados coletados, 75% dos professores demonstram sentimento de desvalorização no exercício da sua função (Gráfico 03). Esse resultado já era esperado devido às condições precárias de trabalho dos professores na nossa atualidade. Segundo Zeichner (2003), em sua pesquisa “Formando professores reflexivos para a educação centrada nos alunos: possibilidades e limites” a autoestima dos professores está cada vez mais baixa. O mesmo, em uma citação de Rosa Maria Torres (2000), destaca o fato de que o professor na nossa contemporaneidade tem menos respeito e status que a cinco décadas atrás.

Viana (1997) citado por Fontineles (2004) afirma que o simples fato de muitos professores fazerem comparações de salários com seus alunos já coloca em dúvida sua autoridade tendo em vista que o conhecimento e seu trabalho muitas vezes são menosprezados com uma remuneração baixa, o que por sua vez já faz com que o professor se desmotive.

Figura 03: Sentimento de valorização do professor no exercício de seu trabalho



(Fonte: próprio autor, 2016)

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos entrevistados é a falta de recursos (Gráfico 04). De acordo com que foi relatado na pesquisa há uma precariedade muito grande no que diz respeito às condições de trabalho, além de

salas superlotadas, atraso de pagamento e etc. Segundo o depoimento de um dos entrevistados, o respeito com o professor é cada vez menor. De acordo com Carvalho (2012), a escassez de recursos para o setor educacional é uma das maiores provas do desinteresse do poder público em garantir uma educação de qualidade.

Marques e Pereira (2002), afirmam que muitas destas dificuldades já desmotivam o profissional docente desde sua formação. Esse resultado é semelhante ao de inúmeras outras literaturas, o que demonstra que estas não são dificuldades enfrentadas somente pelos professores de Picos, mas sim de toda a classe docente.

Figura 04: Principais dificuldades enfrentadas pelos professores



(Fonte: próprio autor, 2016)

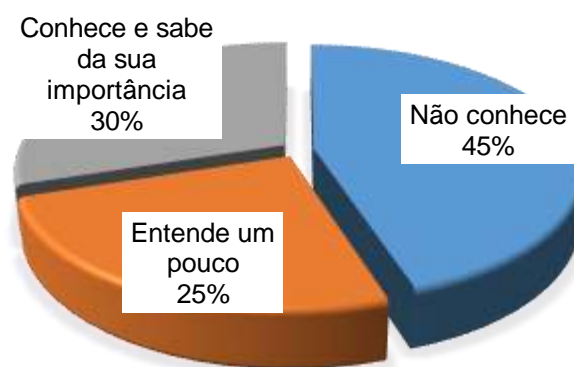
Pesquisas relativas ao financiamento da educação começaram a ter mais enfoque e se tornaram mais frequentes no meio acadêmico na década de 1990; e nas últimas décadas vem se tornando motivo de debates, graças ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). A criação

desses fundos existe exclusivamente para o financiamento de melhorias ao trabalho dos profissionais da educação e a valorização do magistério (CARVALHO, 2012).

De acordo com a pesquisa realizada, 45% dos participantes sequer conhece o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Lei nº 9.424/96) e o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – Lei nº 11.494/07) que são dispositivos legais de financiamento da educação brasileira, que deveriam proporcionar uma certa valorização para os professores da rede pública de ensino; 25% afirmaram conhecer estes dispositivos, mas no entanto, não entendem como este funciona de fato e 30% afirmaram conhecer e saber da sua importância para os docentes (Gráfico 05).

Esses resultados não eram esperados tendo em vista a importância destes dispositivos legais. A partir destes dados ficou claro que o conhecimento da maior parte dos participantes sobre o FUNDEF e o FUNDEB não vai além do senso comum, o que é preocupante dado que estes são programas de financiamento do ensino no país, que objetivam angariar recursos para a melhoria nas condições de serviço dos docentes. Este resultado é semelhante ao de Fontineles (2012), que segundo a autora, o conhecimento sobre estes dispositivos legais é pouco ou quase nenhum a respeito de seu funcionamento.

Figura 05: conhecimento sobre FUNDEF e FUNDEB



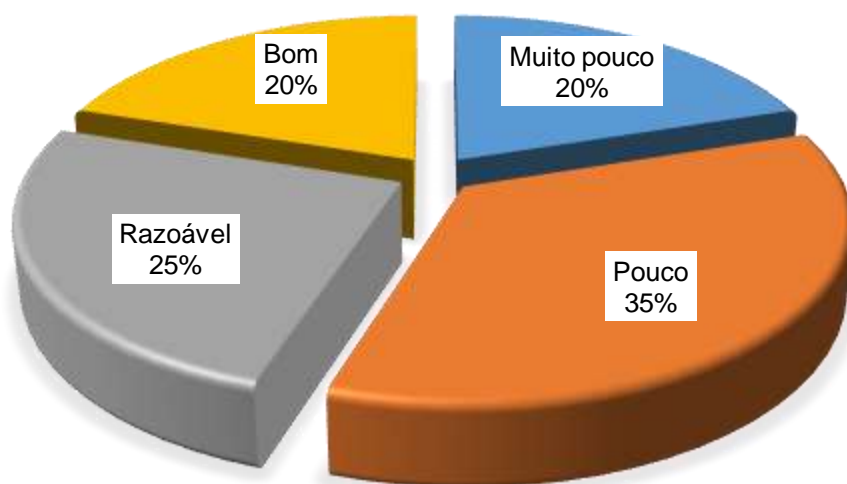
(Fonte: próprio autor, 2016)

De acordo com os participantes que responderam ao questionário o interesse governamental pela melhoria da educação é pouco (Gráfico 06), apesar dos esforços do governo em programas como o Mais Educação, dentre outros. A

contratação de pessoas leigas que apesar de ser proibido ainda é algo que ocorre muito devido a politicagem e a discrepância entre o que é proposto e o que realmente acontece acaba por deteriorar ainda mais a educação. Esse resultado é semelhante a trabalhos como de Carvalho (2012) que destaca que o interesse dos que estão no poder em promover uma educação de qualidade é pouco ou quase nenhum.

Segundo Abreu (2014), não é raro ouvir falar em greves, ocupação de sede dos governos e secretarias, interrupção de vias, dentre outros tipos de manifestação dos trabalhadores em educação, e um dos motivos destas manifestações é o fato que os governantes orquestram as políticas educacionais no Brasil de acordo com interesses privados, o que faz com que a luta do docente seja constante. Segundo o autor estes tipos de manifestação têm contribuído bastante na melhoria da educação, a luta por condições dignas de trabalho auxiliou no debate para a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Plano Nacional da Educação (PNE).

Figura 06: Avaliação do interesse governamental na melhoria da educação

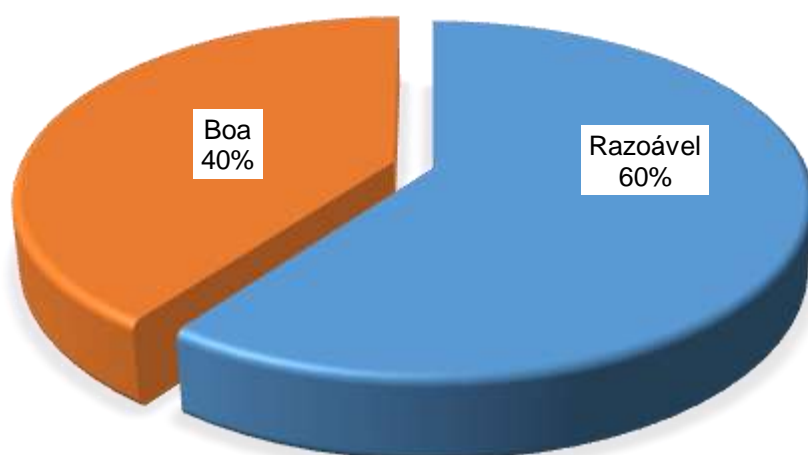


(Fonte: próprio autor, 2016)

Em relação a educação na cidade de Picos-PI 60% dos participantes enfatizou que a educação da cidade é razoável enquanto 40% afirmou que a educação em Picos é boa (Gráfico 07).

De acordo com os mesmos, apesar da desvalorização docente os professores de Picos se empenham em manter seus alunos acima da média e apesar dos problemas, a maioria dos professores afirmou que fazem o possível para que estes não afetem seus alunos. Este resultado não era esperado devido à desvalorização e ao descaso do poder público para com o professor, no entanto a partir desse resultado o profissional docente mostra o quanto tem sido injusto o tratamento que este tem passado na mão dos nossos governantes e acima de tudo mostra que ser professor é mais que uma profissão é um dom dado a poucos.

Figura 07: Avaliação da educação pública de Picos-PI



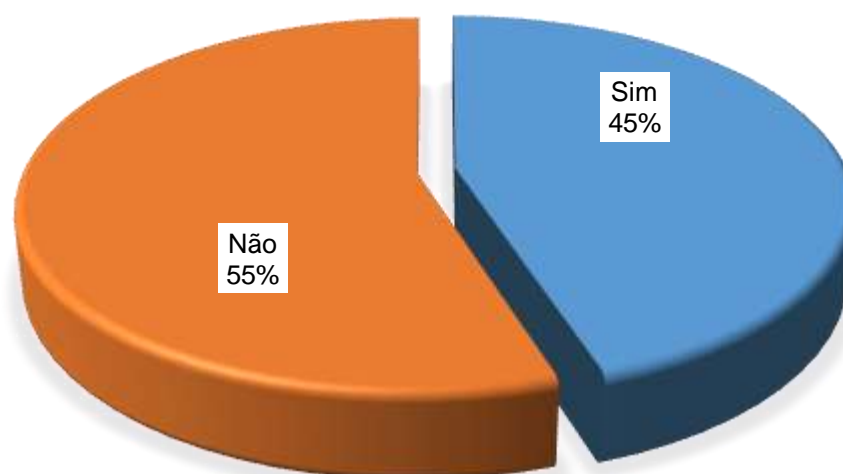
(Fonte: próprio autor, 2016)

45% dos participantes afirmam que seus Planos de Cargos, Carreira e Salário, apesar de ainda estar longe do ideal, estão satisfeitos, e 55% afirmam não estar satisfeitos de maneira alguma. Este resultado já era esperado devido aos salários dos professores serem baixos e os planos de carreira muitas vezes não serem respeitados. Embora os profissionais da cidade de Picos não se sintam valorizados estes ainda assim afirmam que fazem o máximo para dar aos seus

alunos uma educação de qualidade segundo um dos entrevistados o que mais desmotiva os professores é a falta de elogios, ele cita que “quando se faz algo de errado todos caem em cima para criticar, no entanto, quando se faz algo de bom não tem ninguém pra reconhecer”, no resultado colhido nas entrevistas os profissionais além de demonstrarem um sentimento de desgosto devido à desvalorização também demonstraram um amor muito grande por sua profissão, em relação a educação na cidade de Picos o IDEB de 2015 foi de 4,4 o que não é tão ruim, já em relação ao que os profissionais entrevistados responderam é preocupante o fato destes se sentirem tão desvalorizados.

Mas segundo Salis (2012) apesar da insatisfação dos professores e da necessidade de melhorias no Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos docentes, esse documento ainda é uma importante conquista e um instrumento que gerencia questões referentes ao pagamento e a carreira dos professores, estabelecendo assim uma forma de evolução funcional nos cargos e salários dos servidores de provimento efetivo.

Figura 08: Nível de satisfação dos professores com seus Planos de Cargos, Carreira e Salário



(Fonte: próprio autor, 2016)

De acordo com 45% dos participantes do questionário os principais incentivos do governo para a educação é o investimento para a formação superior gratuita e 55% afirmaram que os principais incentivos do governo para melhorar a educação são programas como o Mais Educação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e etc. Segundo os participantes tanto os incentivos a educação superior (FIES, PROUNI, SISU e etc.) como o delineamento de projetos sociais (PETI, educação sem fronteiras...) são de suma importância para a melhoria da educação brasileira.

Figura 09: Principais incentivos do governo para educação



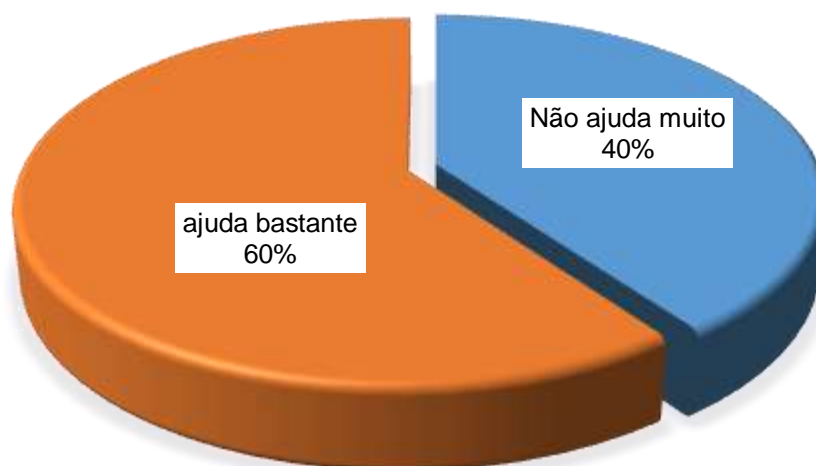
(Fonte: próprio autor, 2016)

Em relação a contribuição do Projeto Político Pedagógico (PPP) para a qualidade da educação na escola 60% dos questionados afirmaram que ajuda bastante, pois os norteiam e serve de base para que os professores tenham um suporte. No entanto 40% afirmaram que o Projeto Político Pedagógico não ajuda muito, já que este, apesar de existir não é seguido. Através do questionário aplicado alguns relataram que muitas vezes a escola não tem a estrutura adequada para a realização desses projetos e que nem se quer participam da elaboração destes; outros destacaram que o PPP muitas vezes fica guardado dentro de uma gaveta o que dificulta até mesmo sua acessibilidade. Esse resultado não era esperado já que

o Projeto Político Pedagógico favorece a uma certa 'organização' para o âmbito escolar.

Comparado com o trabalho de Abdeljalil Akkari e Camila Pompeu da Silva (2009) o resultado obtido é semelhante em ambos os trabalhos, apesar da maioria afirmar que o PPP (Projeto Político Pedagógico) traz contribuições, alguns professores relataram que o que está errado não é o PPP, mas sim seu processo de produção que é feito por pessoas que muitas vezes não conhece a realidade do cotidiano do professor, o que por sua vez faz com que estes projetos fujam da realidade deste profissional.

Figura 10: Contribuição do Projeto Político Pedagógico (PPP) para a qualidade da educação na escola



(Fonte: próprio autor, 2016)

Em relação a evolução do campo normativo e políticas de valorização do magistério 100% dos participantes afirmaram que houve avanços significativos no que diz respeito a projetos e leis em prol da valorização dos professores, entretanto os mesmos afirmaram que a maioria dessas medidas ficam somente no papel e que há um descaso muito grande no que diz respeito a execução destes dispositivos.

Esse resultado também já era esperado devido a assiduidade com que as leis relacionadas a educação são ignoradas no Brasil. Carvalho (2012), em sua literatura apresenta um resultado semelhante a este. Ele cita que a classe trabalhadora sofre com os interesses da classe dominante que na maioria das vezes recria a cultura do pão e circo com discursos bem elaborados para fazer o povo acreditar que seus interesses estão de acordo, enquanto que na realidade o que acontece é o oposto.

Esse tipo de paradoxo infelizmente é algo comum no nosso Brasil atualmente, no entanto como cita Abreu (2014), com a realização de greves, contestações salariais dentre outros tipos de manifestação a classe trabalhadora conseguiu fazer com que muitos dos seus apelos fossem ouvidos pelos seus superiores.

A partir disto podemos concluir que os professores que responderam ao questionário demonstraram um sentimento de desvalorização por parte do poder público e que estes apesar de perceberem melhorias no campo normativo não conhecem a fundo sobre estes dispositivos legais que lhes garantem direitos, o que demonstra um desinteresse da parte do poder público em debater tais assuntos, além do mais os participantes ressaltaram que muitas vezes trabalham de forma precária o que por sua vez prejudica o seu desempenho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a publicação da Constituição brasileira de 1988 foi iniciada uma corrida para a elaboração de normas legais que exercessem de forma positiva um impacto no setor educacional. No entanto, apesar dos grandes avanços normativos, os dados desta pesquisa revelam que ainda há um grande descaso das políticas públicas.

A partir da pesquisa realizada com os professores de Picos-PI pode-se concluir que há um descaso nas políticas públicas no âmbito educacional. Além de se sentirem desvalorizados os professores que participaram através da aplicação do questionário tinham pouco conhecimento sobre alguns dispositivos legais que foram criados com objetivo de valorização do magistério. Pela ótica dos participantes o descaso e o desrespeito com o professor são constantes e os problemas enfrentados por eles indicam haver uma urgente necessidade de medidas para melhoria das condições de trabalho. Este tipo de resultado vem sendo cada vez mais constante nos trabalhos acadêmicos. A remuneração baixa, salas superlotadas, falta de estrutura, desrespeito, dentre outros problemas, são diariamente enfrentados pelo professor brasileiro.

Esse resultado já era esperado graças a uma quantidade exorbitante de trabalhos que constata resultados semelhantes. Como exemplos temos: Abreu (2014); Arretche (2004); Assis (2016); Fontineles (2004); Fontineles (2012); Vieira (2015) e etc. Outros aspectos que se destacam nos resultados é que todos os participantes reconhecem que houve melhorias no campo normativo, no entanto apesar destas melhorias as condições de trabalho destes profissionais ainda se demonstram longe de ser consideradas ideais.

Neste aspecto não foi pretensão deste breve ensaio criticar os dispositivos legais que foram criados em prol da valorização do magistério, mas sim, propor aos profissionais da educação uma nova perspectiva, um novo olhar acerca do campo normativo e das políticas públicas, fornecendo assim um senso crítico para os mesmos, até porque, embora tenham sido conquistados alguns avanços na área da valorização do professor, está ainda não alcançou um nível satisfatório no âmbito educacional, já que muitos destes profissionais, são muitas vezes discriminados, até mesmo dentro das escolas onde trabalham.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, M. G. R. A luta em defesa da educação pública protagonizada pelos professores da educação básica no maranhão na década de 80 e 90: primeiras aproximações. **XII Jornada do HISTEDBR e X Seminário de dezembro do HISTEDBR-MA. Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC). Universidade Estadual do Maranhão (Uema). “A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira, 2014.**

ABRUCIO, F. L. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 39-70.

AKKARIA, A.; SILVA, C. P. A educação básica no Brasil: vozes de professores da rede pública e privada. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 379-392, 2009.

ANDRADE, F. A. A escola brasileira representada em duas obras ficcionais no final do século XIX e início do século XX. **Revista Linhas**, v. 17, n. 35, p. 241-269, 2016

ARRETCHE, M. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, n. 18, v. 2, p. 17-26, 2004.

ASSIS, L. M. Avaliação institucional e trabalho docente: repercussões, desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 2, p. 527-548. 2016

ASSIS, Lúcia Maria. Avaliação institucional e trabalho docente: repercussões, desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 2, p. 527-548. 2016

BARROS, R. P. *et al.* O mercado de trabalho para professores no Brasil. In: **Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 29th Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [*Brazilian Association of Graduate Programs in Economics*], 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 dez. 1996

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1999

CAMARGO, R. B. *et al.* Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 25, n. 2, 2009.

CARVALHO, F. A. F. **Financiamento da educação: do FUNDEF ao FUNDEB-repercussões da política de fundos na valorização docente da rede estadual de ensino do Pará-1996 a 2009**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CASTRO, M. H. G. **Gestão de Recursos Humanos**. IES - Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena: 2010. Disponível em: <<http://www.ajes.edu.br/arquivos/20081008161751.pdf> >. Acesso em: 09/12/2016.

CASTRO, M. H. G. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. **Desigualdade e pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro, IPEA, p. 425-458, 2000.

FERNANDES, M. D. E. Direito à educação na relação federativa-Oferta e gestão municipal (1996/2009). **Retratos da Escola**, v. 6, n. 10, p. 119-131, 2012.

FONTINELES, I. C. **VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO EM TERESINA: Um olhar sob a dimensão salarial, condições de trabalho e formação dos professores**. 2004.

FONTINELES, I. C. O Fundef e as Condições de Trabalho dos Professores no Piauí: Múltiplos Olhares/The Fundef and Teachers Working Conditions in Piauí: Multiple Views. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, n. 1, 2012.

FRANÇA, Magna. Plano Nacional de Educação e o regime de colaboração: os indicadores educacionais e financeiros. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 30, n. 2. 2014.

FREITAS, H. C. L. *et al.* Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação & Sociedade**, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GURGEL, R. F. *et al.* **Trabalho docente**: políticas de financiamento da carreira e da remuneração dos professores da educação básica de sistemas públicos de ensino. 2012.

IBGE. **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.org/informações/>>. Acesso em: 06/02/ 2017.

MARQUES, C. A.; PEREIRA, J. E. D. Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras: construindo alternativas para a formação inicial de professores. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 117-142, 2002.

MENEZES, A. K. A. **A evasão escolar na ótica das famílias da Escola Municipal Ana Azevedo no município de Campina Grande-PB**. 2014.

MOREIRA, J. A.; SILVA, R. V. Políticas para a formação de professores e as recomendações do Banco Mundial: interfaces com o contexto atual da formação de professores alfabetizadores no Brasil. **Práxis Educativa**, v. 11, n. 1, p. 37-61, 2016.

SILVA, E. L. & MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. Xamã, 2001.

PAES DE BARROS, R.; MENDONÇA, R.; BLANCO, M. O mercado de trabalho para professores no Brasil. **Brasília: IPEA**, 2001.

REIS, S. M. Á. S. *et al.* TITULE-SE! PUBLIQUE! PESQUISE! PRODUZA! – O PESO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA FORMATAÇÃO DE UM PERFIL ESPECÍFICO PARA OS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. **DiversaPrática**, v. 2, n. 2, 2016.

SALES, L. C. Piso salarial nacional no plano de carreira do magistério público do município de Teresina. **Educação em Foco**, v. 15, n. 19, p. 257-273, 2012.
SEMEGHINI, U. C. Fundef: uma revolução silenciosa. **Brasília: MEC**, 2001.

SENA, P. A legislação do Fundeb. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 319-340, 2013.

SOARES, N. P. L. Historiografando o Ensino de História da Educação em Picos: memórias produzindo história. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE)**. 2008.

VIEIRA, Juçara Dutra. Valorização dos profissionais: A Carreira e salários. **Retratos da Escola**, v. 8, n. 15, p. 409-426, 2015.

ZEICHNER, K. M. Formando professores reflexivos para a educação centrada nos alunos: possibilidades e limites. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.) **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Ática, 2002. p. 35-55.

APÊNDICE

5. Como você avalia o interesse dos governantes para a melhoria da educação pública? Justifique:

Muito pouco Pouco Razoável Bom Muito bom

6. Como você avalia a educação da rede pública de ensino em Picos-PI?

Ruim Razoável Boa Muito boa

7. Você está satisfeito com seu plano de cargo, carreira e salário? Justifique:

Sim Não

8. Quais incentivos o governo traz para a educação?

9. como o projeto político pedagógico (PPP) contribui para a qualidade da educação na escola?

10. Qual sua opinião sobre a evolução do campo normativo em relação a políticas de valorização do magistério?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (APÊNDICE B)

Prezado (a) Sr. _____ este protocolo faz parte da pesquisa de campo do trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como título “**DOCÊNCIA: AVANÇO NO CAMPO NORMATIVO E DESCASO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**” que desenvolvo no curso de História (Licenciatura) da Universidade Federal Do Piauí (UFPI), sob orientação da professora Ana Paula Cantelli.

O presente estudo visa analisar a evolução no campo normativo e descaso das políticas públicas nas escolas da cidade de Picos-PI. A pesquisa será realizada através de um formulário semiestruturado abordando o tema Docência e questões referente ao avanço das políticas públicas e ao descaso das políticas públicas. Este material será posteriormente analisado e será garantido sigilo absoluto sobre os dados coletados, sendo resguardado o nome dos participantes, bem como a identificação do local da coleta de dados. A divulgação do trabalho terá finalidade acadêmica, esperando contribuir para um maior conhecimento do tema estudado. Aos participantes cabe o direito de retirar-se do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum. O estudo não implica em benefícios financeiros a nenhuma das partes legais envolvidas.

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o (a) senhor(a) _____, sujeito da pesquisa, após leitura do termo, está ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firmando assim seu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** de concordância em participar da pesquisa proposta.

Fica claro que o sujeito de pesquisa ou seu representante legal podem, a qualquer momento, retirar seu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional. PICOS, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do sujeito



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, **Elizângela Ribeiro Alves**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação “Docência: avanço no campo normativo e descaso das políticas públicas (1996-2009)”, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos (PI), 24 de fevereiro de 2017.


ELIZÂNGELA RIBEIRO ALVES